



Editorial

Caro Leitor,

Este número do Alerta, o 83, dá-lhe conta da entrega ao Senhor Presidente da Assembleia Nacional dos Relatórios Anuais de Atividades do Tribunal de Contas e do Concelho de Prevenção da Corrupção relativos ao ano de 2022 por parte do Presidente do Tribunal de Contas, da participação do Senhor Presidente e de três Auditores na II.ª Edição do Fórum de Finanças Públicas dos PALOP-TL ocorrido em Lisboa.

Merece igualmente destaque a Jornada de Reflexão Técnica que visou a socialização interna do RAA, referente ao ano de 2022, a formação em II Curso Avançado sobre Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública aos Conselheiros do CPC, e a participação do Sr. Presidente, na qualidade de orador na comemoração do 15º aniversário da ARAP.

Finalizamos dando conta da participação do TCCV no Atelier do CREFIAF a decorrer de 8 a 12 do corrente, em Abidjan, Costa do Marfim, e para finalizar as matérias apreciadas nas sessões do Plenário e das Conferências da II e III Secções do TCCV

**Tenha uma boa leitura,
A Direção**

Presidente do Tribunal de Contas entrega ao Presidente da Assembleia Nacional o Relatório Anual de Atividades do Ano 2022, do TCCV



O Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, **Dr. João da Cruz Silva**, entregou no passado dia 17 de abril, ao Senhor Presidente da Assembleia Nacional **Dr. Austelino Correia** o Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2022, do Tribunal de Contas.

Na ocasião, falando à imprensa, o Presidente **Dr. João da Cruz Silva** disse que, á semelhança do ano anterior, as atividades desenvolvidas no ano de 2022 basearam-se fundamentalmente nas estratégias e ações previstas no IV Plano Estratégico e o respetivo Plano Operacional 2020-2024 e ainda do próprio Plano Anual de Atividades aprovado pelo Plenário para o ano de 2022. No ano 2022, de um modo geral, referiu **Dr. João da Cruz Silva**, registou-se um desempenho positivo do TCCV, tanto a nível das Secções e do Plenário como ainda a nível dos Serviços de Apoio Técnico, com relação às atividades previstas no Plano anual de atividades.

Dr. João da Cruz Silva disse ainda que um conjunto de instrumentos foram aprovados pelo Plenário, entre os quais o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2019.

A nível da 1ª Secção, todos os processos de fiscalização prévia foram decididos dentro do prazo legal estabelecido, tendo sido também realizadas algumas auditorias.





Em sede da 2ª Secção, foram realizadas 7 sessões para efeitos de julgamento de relatórios de verificação interna de contas de gerência e de auditoria. Para além disso foram julgados vários processos de responsabilidade processual.

Na 3ª Secção foram julgados vários processos de responsabilidade financeira quer a nível do juiz singular, quer a nível da Conferência enquanto instância de recurso.

Relativamente a relações com outros órgãos e instituições nacionais e estrangeiras, o Tribunal de Contas desenvolveu várias atividades, merecendo destaque a

- i) celebração do protocolo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Brasil (TCEMG);
- ii) aprovação do Relatório de Auditoria de desempenho aos recursos utilizados na luta contra a Covid-19;
- iii) participação do Presidente no XXIV Congresso Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (sigla inglesa INCOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions);
- iv) submissão da Revisão da Lei que regula a Organização, a Composição, a Competência, o Processo e o Funcionamento do Tribunal de Contas (LOFTC)
- v) edição da primeira Revista Eletrónica do Tribunal de Contas e
- vi) Julgamento de 43 (quarenta e três) Contas de Gerência em sede da conferência da 2ª Secção.

Um agradecimento especial é endereçado aos parceiros nacionais e internacionais que participaram no financiamento das atividades do Tribunal.

O RAA 2022 fica disponibilizado na página oficial do Tribunal de Contas no facebook.

Presidente do Tribunal de Contas lidera a Delegação na 2ª Edição do fórum de finanças públicas dos PALOP-TL



O Programa para a Consolidação da Governação Democrática e dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (Pro-PALOP-TL ISC fase II), organizou em Lisboa, no ISCTE -IPPS (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto para as Políticas Públicas e Sociais), Instituto Universitário de Lisboa, o IIº Fórum das Finanças Públicas PALOP - TL que teve lugar nos dias 20 e 21 de abril de 2023, sob o tema **"Reformar as Finanças Públicas para construir Instituições Africanas fortes, resilientes e inclusivas"**.



Refira-se que o II Fórum de Finanças Públicas nos PALOP-TL fez parte do currículo do Curso de Pós-Graduação em Gestão das Finanças Públicas que foi concebido no contexto do Pro PALOP-TL ISC, em 2015, pelo ISCTE-IUL|IPPS e pelo Tribunal de Contas de Portugal.

O público alvo desta grande iniciativa foram os alunos recém-formados no curso de pós-graduação em Finanças Públicas e dirigentes das Instituições do sistema das Finanças Públicas dos PALOP.

É neste contexto que a coordenação executiva e académica do curso selecionou cerca de 30 alunos, de entre as 5 edições realizadas desde 2020, para participarem, de forma presencial, nos trabalhos do fórum em epígrafe, que teve lugar nos dias 20 e 21 de abril, em Lisboa, Portugal.

Os alunos foram selecionados de acordo com critérios de representação nacional, classificação académica, representação institucional e género, sendo que do Tribunal de Contas de Cabo Verde foram selecionados os Auditores, **David Rocha, Elizabete Almeida e Jáilson Cruz.**

O fórum teve como premissa o encontro de oradores de alto nível, especialistas e altos quadros da administração pública dos PALOP-TL, Portugal e especialistas de outros países, e visou a partilha de pontos de vista, e, bem assim, debater e encontrar as soluções dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas aos desafios complexos de um mundo cada vez mais incerto.

Em resumo, tratou-se de um fórum bastante rico de informações, cuja partilha de várias soluções no contexto dos desafios do Sistema das Finanças Públicas permitiu enriquecer o universo das ações a serem levadas a cabo em prol de uma melhor gestão das Finanças Públicas, em particular, no seio africano, onde ainda a gestão encontra-se deficitária apesar da abundância dos recursos naturais disponíveis.

Há necessidade de mudança de paradigma na mentalidade individual, contudo, regista-se uma preocupação maior subjacente à vontade política na mudança de visão estratégica para que se possa fazer a gestão das finanças públicas desejada.

Presidente do Tribunal de Contas marca presença na terceira reunião de Comité de Pilotagem do Pro PALOP-TL ISC





À margem da 2ª Edição do fórum de finanças públicas dos PALOP-TL, no dia 19 de abril, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas participou na terceira reunião de Comité de Pilotagem do Pro PALOP-TL ISC, que teve lugar na sede do Tribunal de Contas de Portugal, uma instituição parceira do programa.

Neste encontro os dirigentes máximos ou os respetivos representantes das instituições do sistema das Finanças Públicas dos PALOP aproveitaram para fazer o balanço, em formato híbrido (presencial e à distância), das atividades desenvolvidas em cada um dos países, e do respetivo impacto. Houve intervenção de todos os representantes das Instituições presentes à exceção do Tribunal de Contas da Angola que não esteve representada.

Jornada de Reflexão Técnica n.º 2/2023, sobre balanço do Relatório de Atividades 2022



A Direção Geral do Tribunal promoveu na manhã do passado dia 5 de maio mais uma jornada de Reflexão Técnica destinada á apresentação do Relatório de Atividades do Tribunal referente ao de 2022.

A abertura da jornada coube ao Sr. Diretor Geral, **Dr. Luís Ortet** e a apresentação do tema esteve a cargo da Auditora Especialista, **Carla Bettencourt**.

Na sua intervenção inicial o Sr. Diretor Geral realçou o balanço positivo do desempenho das diversas unidades do Tribunal e frisou, que a ocasião serviria igualmente para um diálogo aberto sobre o desempenho geral da Instituição. Anunciou ainda que a ocasião serviria igualmente para a colocação de quaisquer questões se entendesse pertinente colocar.

Tratou-se de uma jornada interessante e muito produtiva.



Presidente do Tribunal de Contas marca presença como Palestrante na comemoração do 15.º aniversário da ARAP



Por ocasião do 15.º aniversário da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, o Presidente do Tribunal de Contas, participou, na qualidade de Palestrante na Conferência sobre a Regulação e o Planeamento Estratégico da Contratação Pública promovida por esta entidade reguladora independente.

No evento, que decorreu no dia 08 de maio, o Presidente do TCCV apresentou uma abordagem distinta entre as duas componentes do tema, da Regulação e do Planeamento Estratégico em matéria da contratação Pública. Da Regulação fez uma abordagem evolutiva do Estado moderno, começando pelo subtipo do Estado Liberal no final do Sec. XVIII até ao Estado pós-social de Direito, nas décadas de 80-90 séc. XX, em que enfatizou a evolução e a mudança de paradigmas ao longo dos anos, com vista a se alcançar e manter o funcionamento equilibrado das vertentes económicas e sociais de um país.

No que concerne ao Planeamento Estratégico da Contratação Pública, o Sr. Presidente fez referência da necessidade de mudança de protótipo, em que deve-se sair do cenário atual onde se gasta "menos tempo no Planeamento, e mais tempo na contratação pública" para "mais tempo no Planeamento e menos tempo na contratação pública".

Frisou ainda, que com este cenário poder-se-á alcançar a almejada sustentabilidade na Contratação Pública, que reúne os três tipos de interesses simultâneos e em equilíbrio, nomeadamente os aspetos económico, social e ambiental.

A abertura da cerimónia comemorativa foi presidida por Sua Excelência, o Sr. Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital, **Dr. Olavo Correia**, que na ocasião dirigiu palavras de incentivo à ARAP na garantia da transparência das compras públicas. Discursou igualmente a Sra. Presidente da ARAP, **Dra. Samira Duarte**.



Tribunal de Contas de Cabo Verde participa de Atelier do CREFIAF, em Abidjan



Para participar em um workshop organizado pelo CREFIAF - Conselho Regional de Formação das Instituições Superiores de Controlo de Finanças Públicas para a África Francófona Subsaariana (CREFIAF), que decorreu entre os dias 8 e 12 de maio, corrente, deslocaram-se a Abidjan, Costa do Marfim o Sr. Diretor do Gabinete de Planeamento e Controlo de Qualidade (GPCQ) **Dr. Mário Tavares**, e a Auditora **Iolanda Fortes**.

A iniciativa desta organização sub-regional destina-se à partilha de experiências sobre gestão estratégica, avaliação de desempenho e relatórios das Instituições Superiores de Controlo.

Tribunal em Sessões Plenárias



O Tribunal de Contas reuniu-se em Sessões, Plenária Extraordinária e em Conferência da IIª Secção, tendo apreciado os seguintes documentos.

CONFERÊNCIA DA IIª SECÇÃO

Sessão ordinária do dia 01 de março:

- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Hospital R.J. Morai de 2015 - **Aprovado o relatório e a Conta Homologada, com recomendações;**



- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da UCID de 2019 - **Aprovado o relatório e a Conta Homologada, com recomendações;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da ESML de 2016 - **Aprovado o relatório e a Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de auditoria do estado de preparação para a implementação da agenda 2030 - **Aprovado o relatório;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da ARFA de 2018 - **Aprovado o relatório e a Conta Homologada, com recomendações.**

Sessão ordinária do dia 10 de maio:

- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da Delegação Aduaneira dos Mosteiros de 2013 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC do Hospital R.J. Morais de 2016 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC de CNHDC de 2013 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC de CNHDC de 2014 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC de CNHDC de 2015 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC de CNHDC de 2016 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de VIC da Embaixada de CV em Angola 2013 - **Relatório Aprovado e Conta Homologada com recomendações;**
- Apreciação e deliberação sobre o projeto de Relatório de Auditoria à Embaixada de CV em Berlim, 2016 a 1º semestre de 2019 - **Relatório Aprovado.**

PLENÁRIO DO TRIBUNAL

Sessão ordinária do dia 29 de março:

- Apreciação e deliberação sobre o RAA de 2022 - **Aprovado.**



CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção

Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção entrega ao Presidente da Assembleia Nacional o Relatório de Atividades do CPC



O Presidente do Tribunal de Contas que é, por inerência de funções o **Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção** entregou o Relatório Anual de Atividades do CPC alusivo ao ano de 2022, no dia 17 de abril, ao senhor **Presidente da Assembleia Nacional**.

O documento desta autoridade que funciona junto do Tribunal de Contas, faz genericamente, referência aos instrumentos de gestão aprovados (elaboração do plano de atividade e orçamento para o ano 2022; Elaboração de Programa de atividades e orçamento para o ano 2023) para os anos de 2022 e 2023, aos regulamentos (elaboração e aprovação do Regulamento de organização e de Funcionamento do CPC; Elaboração, submissão ao Governo, entre outros da Portarias que fixam o quadro de pessoal do Serviço de Apoio ao CPC, instrumentos esses que já começaram a vigorar) e à Realização de uma Conferência internacional subordinada ao tema "O papel do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção na luta contra a corrupção" para o dia 18 de outubro, Elaboração de uma Recomendação para alteração do Código de Ética e Conduta vigente na Administração Pública cabo-verdiana desde 2015, Comemoração do Dia Internacional Anticorrupção, sob o lema escolhido pelas Nações Unidas, "**A CNUCC aos 20 anos: Unindo o mundo contra a Corrupção**", na UNICV - Universidade de Cabo Verde, preparação do procedimento para a elaboração de um website do CPC e tratamento de informações recebidas e que têm a ver com a prevenção e combate à corrupção.

Conselho de Prevenção da Corrupção promove ações pedagógicas junto a escolas secundárias

O Conselho de Prevenção da Corrupção, tem vindo a realizar ações de divulgação das suas atividades junto das Escolas Secundárias.

Quatro foram já as palestras realizadas a saber, na Escola Secundária da Cidade do Tarrafal, na Escola Secundária Amílcar Cabral, na Cidade de Assomada, na Escola Secundária da Cidade de Calheta, no Município de São Miguel e por último na Escola Secundária de Santa Cruz na Cidade de Pedra Badejo, tendo sido os palestrantes,



respetivamente, os seguintes membros do CPC, Dr. Luis Ortet, Dr. Mafaldo Carvalho, Dr. José Ribeiro e Dr. Domingos Pascoal.



De acordo com o Plano de atividades para 2023, o CPC considera a escola, um espaço propício para a disseminação da preocupação com o fenómeno da corrupção, uma tragédia que cria situações de injustiça na sociedade, atrasa o desenvolvimento e põe em causa a democracia.

Para além na explanação feita aos alunos do 3º ciclo, teve-se também como preocupação a elaboração e distribuição de desdobráveis, que de forma sucinta, explica a natureza, a missão, os valores, a atribuição e as competências bem como a composição do CPC.

2ª Audição do CPC – Sociólogo e docente - Dr. Redy Wilson Lima

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de Cabo Verde fez a auscultação do Sociólogo e docente do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais - doutorando em Estudos Urbanos Dr. **Redy Wilson Lima**, no dia 12 de maio corrente.

A segunda audição que sucedeu à da Procuradoria Geral da República e que contou com a presença de todos os membros do CPC recaiu sobre este docente um dos estudiosos e investigadores destacados de Cabo Verde no estudo dos fenómenos urbanos, relacionados



com a criminalidade e delinquência juvenil, teve como objetivo, ouvir os seus pontos de vista em matéria de prevenção e combate à corrupção, por forma a que haja coordenação de esforços nessa luta que é de todos.

ONU DC financia II Curso Avançado sobre a Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública aos Conselheiros do CPC



Financiado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (ONU DC), decorre de 19 de abril a 18 de maio o II Curso Avançado sobre a Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública aos Conselheiros do CPC, lecionado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

Este curso dividido em 20 sessões abrange temas inerentes às áreas transversais suscetíveis à corrupção na Administração Pública, merecendo destaque os temas da Contratação Pública e Corrupção: conflitos de interesses em particular; Gestão do risco de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, corrupção e fraude económico-financeira; A importância da proteção de denunciadores no novo regime de proteção de denunciadores de infrações; A relevância das políticas internas: em especial, os códigos de conduta do Governo e dos deputados à Assembleia da República e os Crimes de responsabilidade de titulares de altos cargos públicos e de funcionários.

Considerando se tratar de uma autoridade recém-criada, revela esta formação de suma importância para o Conselho, cujas medidas de capacitação em matéria de prevenção da Corrupção no início das suas funções é inquestionável face aos flagelos da Corrupção que põem em causa o desenvolvimento do país, confiança nas instituições, na justiça e na sociedade.